



RESENHAS

ACCARINI, J.H. **Economia rural e desenvolvimento**; reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1987. 224p.

Constituíram motivação básica do autor, na elaboração deste seu livro, a “escassez de textos abrangentes e sobretudo adaptados aos problemas rurais de países subdesenvolvidos”, e a acessibilidade “não só a economistas, mas também a estudantes e a estudiosos de outras áreas, visando provocar a abertura de debates mais amplos sobre a questão”. De forma explícita, o livro é dirigido a quem lida com o ensino da economia rural, da economia agrícola e de outras do gênero.

A matriz teórica do autor, conquanto não se afaste da mais amplamente conhecida e praticada no País – a do valor utilidade –, não lhe impôs, como de hábito, camisa de força que o levasse a estudar a economia rural de países capitalistas periféricos e dependentes, exclusivamente a partir da ótica da microeconomia. Em contrapartida, esta opção teórica por ser ideologicamente marcada – como de resto qualquer outra – acaba por mascarar vários aspectos da exposição e do debate propostos pelo autor, especialmente por “tecnicizar” o debate na busca de uma neutralidade utópica. Assim, a “revolução verde” só se manifesta pelo seu prisma tecnológico (p. 25); a criação do motor de combustão é destinada a facilitar (sic) o trabalho humano (p. 26); o “empresário rural” é equiparado ao “produtor” (p. 28); o “intermediário” é visto como um mal necessário (p. 31); a “aversão a mudanças” é variável explicativa para a difusão de tecnologia junto a “agricultores tradicionais” (p. 42) etc.

Ressalvadas as limitações que a própria opção teórica impõe, ainda assim, o resultado final é positivo e merece ser alargado e aprofundado. Constituem destaque da obra, no sentido de fornecer aos interessados um painel mais amplo do desenvolvimento rural, o que o autor chama de peculiaridades do setor rural e suas conseqüências econômicas (cap. 1), e os modelos de desenvolvimento, tratados no capítulo 3. Já as clássicas funções do setor rural no contexto macroeconômico são apresentadas sem nenhuma inovação ou mesmo adaptação ao caso brasileiro.

O despojamento da linguagem de rigor acadêmico, para tornar o livro “plenamente assimilável” (Apresentação), é preocupação evidente ao longo de toda a obra. Em muitos casos, o objetivo é adequadamente atingido; em outros há como que uma banalização da linguagem, com a conseqüente perda de qualidade do seu conteúdo didático. Chamar o produtor rural de “alma do empreendimento” (p. 28); mensurar a produção em forma de bê-á-bá (p. 20); atribuir ao poder de monopólio e de monopsonio a oportunidade de realizar “bons lucros” (p. 31) são alguns exemplos deste último caso.

Tais considerações, tornadas concretas a partir da leitura do texto de Accarini, trazem à discussão o processo educacional brasileiro, em especial a qualidade do ensino e a qualidade dos profissionais que forma. A este propósito, é preocupante vislumbrar a hipótese de que a experiência pedagógica do autor tenha recomendado tais artifícios de simplificação, a fim de ajustar a compreensão do texto à capacidade de apreensão do conteúdo pelos discentes. Aceitando-se certo despojamento da linguagem como uma tarefa desafiadora em busca da ampliação do círculo de interessados, deve-se estar atento para os limites que este exercício impõe. Tais limites são, precisamente, os de adaptar o texto ao ponto de emascular seu conteúdo, tornando-o nulo de significação científica. De modo geral, forma e conteúdo guardam entre si certo compromisso de convivência e interfrutificação, sem o qual a predominância unilateral é deformadora. Assim, no campo da educação, é tão antipedagógico trabalhar qualquer questão teórica com o máximo formalismo quanto abandoná-lo em proveito do entendimento fácil, por ser este equipamento fértil.

Compreensivelmente, o capítulo mais extenso (cap. 4) é o que trata dos instrumentos da política de desenvolvimento rural. Aí estão os elementos concretos da ação do Estado no meio rural e sobre os quais o tratamento dispensado pelo autor é suficiente como primeira abordagem. Os poucos lapsos não desmerecem o quadro global, que poderia ser mais detalhado no que se refere aos aspectos institucionais e à bibliografia particular. Coerente com os princípios teóricos assumidos, a opção do autor é maior no sentido de abordar a questão rural como “problema agrícola” do que como “problema agrário”. Neste aspecto, os instrumentos clássicos da política agrícola são mais detalhados. Tanto assim que, a despeito de a reforma agrária ter assumido, desde o início da Nova República, papel central no debate social e político, a ela não é conferida atenção proporcional, exatamente porque, para a economia rural, a mesma é, em primeira instância, algo que extrapola os limites do “econômico” e, também, porque a sua operacionalização é vista como o resultado concatenado da aplicação dos diversos instrumentos da política agrícola.

A parte reflexiva do livro, corretamente colocada no seu final (cap. 5), permite que o leitor, após apropriar-se do conteúdo anterior, acompanhe questões polêmicas sobre a agricultura, de forma mais aproveitável.

Mesmo com os pontos críticos identificados ao longo do trabalho, a obra de Accarini aporta nas escolas brasileiras como um elemento positivo na área específica do ensino da economia rural, não só por trazer ao conhecimento de quantos por ela se interessam um acervo organizado de temas da ciência econômica aplicada, mas também por oferecer a possibilidade de confronto, ainda que tímido, com as orientações pedagógicas mais tradicionais e que suscitam, por isso mesmo, debate e renovação.

Mauro Márcio Oliveira
Assessor Parlamentar do Senado